

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.804 - AL (2015/0122748-1)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO LUDMER - AL008910A  
RAFAEL OLIVEIRA SOARES E OUTRO(S) - AL010280

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO PESSOAL. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO SEM MANIFESTAÇÃO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA.

1. Agravo de Instrumento manejado em face da decisão que rejeitou a alegação de nulidade da intimação da Agravante.
2. Hipótese em que a União fora devidamente intimada, porem não apresentou manifestação.
3. O equívoco da AGU, em devolver os autos ao juízo sem manifestação alguma, não importa em nulidade da intimação, evidenciando-se, portanto, a preclusão.
4. Agravo de Instrumento improvido" (fl. 114e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Embargos de Declaração opostos pela União, ao argumento de que o Acórdão teria incorrido em omissão quanto à nulidade da intimação da AGI.
2. O acórdão embargado reportou-se à legislação de regência e respaldou-se na jurisprudência dominante acerca do tema trazido quando do julgamento do Agravo de Instrumento.
3. Concluindo pela inexistência de erro no julgamento, compete à parte utilizar-se da via recursal própria, pois tal inconformismo se demonstra

incompatível nas vias estreitas dos Embargos de Declaração. Embargos de Declaração improvidos" (fl. 133e).

Em suas razões recursais, alegam ofensa aos arts. 38 da Lei Complementar 73/93; 6º, parágrafo único, da Lei 9.028/95; 247, 535, II e 730, I e II, do CPC/73; e 394 do Código Civil, sustentando o seguinte:

**"3. DA DEMONSTRAÇÃO DO CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL E DO PREQUESTIONAMENTO**

(...)

O acórdão ora recorrido violou o art. 38 da Lei Complementar 73/93, o art. 6º, parágrafo único, da Lei 9.028/95 e o art. 247 do Código de Processo Civil, por não conhecer a preliminar de nulidade, por ausência de intimação da União. Também contrariou o art. 730 do Código de Ritos e o art. 394 do Código Civil. Outrossim, houve por violar o art. 535, II do Código de Processo Civil. Também há notória interpretação divergente da lei federal atribuída pelo STJ.

Assim, tendo ocorrido violação frontal a dispositivo normativo legal, e ainda interpretação divergente da lei federal, plenamente cabível é a interposição do presente recurso especial.

(...)

**5. DA NULIDADE DO ACÓRDÃO. DA OFENSA AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (SÚMULA 211 DO STJ)**

O acórdão regional não enfrentou a omissão apontada pelo embargante, violando severamente o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil, pois a questão ali levantada - nitidamente omitida no julgado - deveria obrigatoriamente ter sido apreciada pelo Tribunal, sob pena de cerceamento de defesa, tanto mais porque, sem esta apreciação, não se pode levar a matéria às Cortes Superiores, à míngua do prequestionamento.

(...)

Sendo assim, e porque não foram providos os embargos declaratórios opostos pelo ora recorrente, somente lhe resta interpor o presente REsp, para que esse Col. STJ, à vista da ofensa ao art. 535 do CPC, anule a decisão do E. TRF da 5ª Região, a fim de que ele supra a omissão do ponto essencial ao desate da controvérsia sobre o qual deve pronunciar-se.

Resta evidente, destarte, que o v. acórdão guerreado vulnerou o disposto no art. 535, II, do CPC, pois deixou de empreender a necessária modificação no resultado do julgamento do recurso

voluntário, que deveria ser provido, sendo imperioso, anular o v. acórdão objurgado, para que seja proferido outro em seu lugar com a devida análise da matéria omissa.

Destarte, diante dos fundamentos jurídicos a seguir expostos, notar-se-á que o r. acórdão merece profundos reparos, posto que contrariou expressas disposições de lei federal vigente e a jurisprudência predominante deste Superior Tribunal de Justiça.

(...)

**6. DO MÉRITO RECURSAL DA OFENSA AO ART. 38 DA LEI COMPLEMENTAR 73/93, AO ART. 6º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.028/95 E AO ART. 247 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Na hipótese em exame, a União não pode se manifestar sobre os cálculos da parte adversa, por equívoco na remessa dos autos, de modo que teve violadas as prerrogativas de seus agentes.

(...)

É de todo sabido que o Representante Judicial da União tem a prerrogativa de ser intimado pessoalmente de todos os atos processuais; prerrogativa esta que lhe foi conferida por Lei instituidora, a saber: LC 73/93. Ressalte-se que o cumprimento do disposto no art. 38-LC 73/93 e art. 6º, parágrafo único, da Lei 9.028, de 12.04.95, é prerrogativa assegurada à União para a boa defesa do interesse público.

A ausência de intimação pessoal é vício que acarreta a nulidade dos atos praticados nos autos, e deve ser reconhecido ex officio, nos termos do art. 247 do Código de Processo Civil:

'Art. 247. As citações e as intimações serão nulas, quando feitas sem observância das prescrições legais.'

Trata-se, pois, de nulidade insanável, pois acarreta indiscutível prejuízo para a parte - na hipótese, a União - todos os atos processuais posteriormente praticados são nulos, a teor do disposto no art. 248, do Diploma de Ritos, in verbis:

'Art. 248. Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequêntes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.'

(...)

Insta salientar que referida nulidade é alegada na primeira oportunidade que a União tem de manifestar-se nos autos, quando intimada, mediante vista dos autos, por ora, da decisão que determina sua citação para os fins do art. 730, CPC.

**DA VIOLAÇÃO AO ART. 730 DO CÓDIGO DE RITOS E  
AO ART. 394 DO CÓDIGO CIVIL**

Por cautela, caso a nulidade não seja decretada, vem a União apresentar suas razões de insurgência contra o v. acórdão integrado pelos embargos declaratórios.

O v. acórdão proferido pela r. Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, nos termos do voto do Desembargador Relator e integrado pelo acórdão que julgou os Embargos Declaratórios interpostos pela União, em que pese prolatado por magistrados de comprovada competência, merece ser reformado, por contrariar o direito pátrio.

O acórdão em comento vulnerou frontalmente o art. 730 do Código de Processo Civil e o art. 394 do Código Civil, senão vejamos a seguir.

É assente a jurisprudência em reconhecer a impossibilidade de se aplicar juros de mora entre a data da homologação da conta e a da expedição de precatório, consoante se infere dos arestos a seguir colacionados:

(...)

Ademais, deve-se observar que o TRF da 5ª Região decidiu, quanto aos juros de mora referentes ao período compreendido entre a data da elaboração dos cálculos e a expedição do precatório, que seriam indevidos em virtude do que foi decidido em sede de Agravo de Instrumento 116930 -AL (0009127-97.2011.4.05.0000). Com efeito, a questão da incidência de juros de mora está acobertada pela coisa julgada.

(...).

O acórdão incorreu em violação direta e frontal ao art. 730 do CPC. Isto acontece porque não possui a parte recorrida quaisquer direitos à incidência dos juros de mora no período requestado, pois, seguindo a firme jurisprudência dos Egrégios Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, deve-se entender ser indevida a inclusão de juros moratórios entre a data de apresentação da conta e a data de inscrição do precatório ou RPV.

Ora, entende-se por existência de mora, segundo o Código Civil Brasileiro, em seu art. 394, quando o devedor não efetuar o pagamento ou o credor não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer. Ou seja, mora corresponde ao atraso no pagamento de determinada obrigação.

Quando citada na forma do art. 730 do Código de Processo Civil brasileiro, deve a União, analisando a conta apresentada pelos exequentes e todas as matérias processuais, impugnar eventual erro, o

que se faz por meio de seus embargos à execução.

Note-se que a União, ao opor embargos à execução e impugnar os cálculos da parte exequente, está apenas exercendo sua defesa, que lhe é autorizada pelo Código de Processo Civil.

Portanto, o simples fato de a União opor embargos à execução não conduz necessariamente ao pagamento de juros moratórios em relação ao período em que eles são opostos e o seu respectivo trânsito em julgado. Na verdade, a incidência de juros moratórios após a oposição de embargos à execução somente acontece quando estes são julgados improcedentes, o que não aconteceu no presente caso concreto.

Com efeito, o tempo que decorreu para que o juiz homologasse os cálculos da parte ora embargada, por ocasião da procedência dos embargos à execução legitimamente opostos, não configura mora da União, haja vista que a demora decorreu apenas dos trâmites judiciais, não incorrendo a União em culpa alguma de tal decurso temporal.

(...)

Ora, no presente caso, os embargos à execução foram julgados procedentes, sendo que os novos cálculos de liquidação foram homologados e retificados por ocasião da sentença de PROCEDÊNCIA dos embargos à execução. Assim, não são devidos quaisquer tipo de juros moratórios pela União, uma vez que ela não é a responsável pelo atraso no pagamento da dívida em conformidade com o entendimento do STJ, tão bem sintetizado no julgado acima exposto.

Seguindo este fundamento, não há que se falar, assim, em aplicação de juros moratórios no lapso compreendido entre a data do ajuizamento de embargos à execução julgados parcialmente procedentes, pois somente haverá mora no caso de improcedência dos embargos à execução opostos, o que não ocorreu no presente caso concreto.

No julgamento do Recurso Especial 1.143.677/RS, da relatoria do Ministro Luiz Fux, apreciado como recurso repetitivo representativo de controvérsia à luz do artigo 543-C do CPC, restou assentado expressamente que entre a data da elaboração das contas de liquidação e a inscrição do precatório não cabem juros de mora, nos termos a seguir transcritos, verbis:

(...)

**Assim sendo, em respeito à sistemática do precatório e à pacífica jurisprudência pátria, descabe falar em juros moratórios referentes ao período em que opostos os embargos**

**à execução e sendo eles julgados procedentes, sob pena de violação direta e frontal ao art. 730 do CPC, e ao art. 394 do Código Civil. Não há culpa ou mora da Fazenda Pública, mas, apenas, cumprimento de obrigação legal.**

Portanto, não há que se pleitear, assim, a incidência de juros de mora no período compreendido entre a data do ajuizamento dos embargos à execução julgados procedentes e o seu respectivo trânsito em julgado, tendo em vista que só se pode falar em mora, em tal período, se os referidos embargos à execução tivessem sido julgados improcedentes, o que não ocorreu no caso em questão" (fls. 141/157e).

Oferecidas Contrarrazões (fls. 210/236e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 266e).

A irresignação não merece acolhimento.

De início, verifica-se que a parte recorrente não demonstrou no que consistiu a suposta ofensa ao art. 535 do CPC/73, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO PREENCHIDO. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF". (AgInt no AREsp 1031163/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 29/06/2017)

2. A falta de particularização do dispositivo de lei federal objeto de divergência jurisprudencial consubstancia deficiência bastante a inviabilizar a abertura da instância especial. Incidência da Súmula 284/STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.198.768/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA

TURMA, DJe de 05/03/2018).

Quanto à ausência de intimação do procurador, extrai-se do acórdão recorrido:

"Compulsando, os autos, verifico que não merece reparo o ato impugnado, isto porque, a Agravante foi intimada de forma regular, conforme documentos analisadas, não importando em nulidade de intimação, a desídia da.AGU em devolver os autos ao juízo sem manifestação.

Ainda para fins de esclarecimento, a Agravante reconhece que a intimação foi dada de forma regular e que a remessa dos autos ao juiz sem manifestação foi um equívoco seu, fls. 5V16 do Agravo de Instrumento.

Da leitura, verifica-se que o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, concluiu pela regularidade da intimação, na medida em que foi enviada para o escritório cujo endereço estava expressamente indicado para receber citações e intimações.

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DA PARTE EXEQÜENTE. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. INEXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO DA PARTE EXECUTADA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240/STJ.

1. Em relação aos arts. 38 da Lei Complementar n. 73/93, 794 do CPC, 156 do CTN e 40 da Lei 6.830/80, o recurso especial é manifestamente inadmissível, pois embora o Tribunal de origem haja acolhido os embargos de declaração para fins de prequestionamento, este, na verdade, não restou configurado, porquanto não houve pronunciamento judicial sobre as matérias disciplinadas nas supracitadas disposições normativas tidas como omissas. Aplica-se a Súmula 211/STJ.

2. A Primeira Seção do STJ, ao julgar como representativo da

controvérsia o REsp 1.120.097/SP (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 26.10.2010), deixou consignado que, nas execuções fiscais não embargadas, após observados os artigos 40 e 25 da Lei 6.830/80 e regularmente intimada a exequente para promover o andamento do feito, a inércia desta parte processual interessada impõe a extinção ex officio do executivo fiscal, restando afastada a Súmula 240 do STJ.

**3. Nos presentes autos, o Tribunal de origem, que é soberano no exame de matéria fática, proclamou que houve intimação pessoal válida da parte exequente para dar andamento ao feito, de modo que, para se decidir em sentido contrário, esta Corte Superior teria de reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, o que lhe é vedado, em sede de recurso especial, consoante enuncia a Súmula 7/STJ.**

4. Recurso especial não conhecido" (STJ, REsp 1.335.578/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/08/2012).

Quanto ao mérito, é de se ressaltar que no julgamento do REsp 1.143.677/RS (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 04/02/2010), sob o regime do art. 543-C do CPC/73, a Corte Especial deste Sodalício firmou entendimento no sentido de não incidirem juros de mora no período compreendido entre a data da elaboração da conta de liquidação e a data de expedição, ou, ainda, do efetivo pagamento do precatório ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que, em qualquer caso, satisfeito o débito no prazo constitucional para seu cumprimento.

**No entanto**, no julgamento do Recurso Extraordinário 579.431/RS, o Plenário do STF decidiu, pela incidência dos referidos no período compreendido entre a data de elaboração de cálculos e a expedição da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório. O julgado recebeu a seguinte ementa:

"JUROS DA MORA – FAZENDA PÚBLICA – DÍVIDA – REQUISIÇÃO OU PRECATÓRIO. Incidem juros da mora entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório" (STF, RE 579431, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-145 DIVULG 29-06-2017 PUBLIC 30-06-2017).

Neste passo, adequando o entendimento desta Corte ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a atual jurisprudência é no seguinte sentido:

"DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.



RETORNO DOS AUTOS PARA FINS DO ART. 543-B, § 3º, DO CPC. RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE N. 579.431/RS. **FAZENDA PÚBLICA. JUROS DA MORA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA HOMOLOGAÇÃO DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E O EFETIVO PAGAMENTO DO PRECATÓRIO OU RPV. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.**

**1. O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral reconhecida no RE n. 579.431/RS, passou a entender que incidem juros de mora entre a data da realização dos cálculos e a data da requisição ou do precatório.**

Recurso especial desprovido" (STJ, REsp 1.135.120/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe de 06/11/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RETORNO DOS AUTOS PARA RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. **PRECATÓRIOS. JUROS DE MORA. PERÍODO ENTRE A DATA DA CONTA E A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NO RE 579.431/RS.**

1. Hipótese em que a Autarquia Previdenciária entende ser incabível a incidência de juros moratórios entre a data da liquidação do valor exequendo e a data da expedição do precatório/RPV.

2. O STJ seguia o entendimento firmado no REsp repetitivo 1.143.677/RS, de que não incidem juros moratórios entre a elaboração dos cálculos e o efetivo pagamento da requisição de pequeno valor (RPV).

**3. Ocorre que, em sessão realizada em 19.4.2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 579.431/RS, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, em regime de Repercussão Geral, fixou a tese de que "incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório".**

4. Assim, consoante o art. 1.040 do CPC/15, de rigor a reforma do acórdão recorrido para realinhar-se ao entendimento do STF acerca da incidência dos juros moratórios, razão pela qual não merece prosperar a irresignação trazida à apreciação do STJ.

5. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.464.834/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017)

**"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS E A EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA ORDEM DE PAGAMENTO. JULGAMENTO DO TEMA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ADEQUAÇÃO AO DECIDIDO PELO STF.**

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.143.677/RS, Rel.

Min. Luiz Fux, sob o regime do art. 543-C do CPC/73, adotou entendimento no sentido de que não incidem juros moratórios entre a data da elaboração da conta de liquidação e a do efetivo pagamento do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV).

2. **Ocorre que o Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 579.431, com repercussão geral reconhecida, realizado na sessão de 19/4/2017, enfrentou essa questão jurídica trazida no presente feito, firmando tese contrária à fixada pela Corte Especial deste STJ, no julgamento do REsp 1.143.677/RS, sob o rito do art. 543-C do CPC/73.**

3. Dessa forma, de rigor a reforma do acórdão embargado para realinhar o entendimento e, nos termos do art. 1040 do CPC/15, fazer a devida adequação ao decidido pelo STF, no sentido de que 'incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e da requisição ou do precatório'.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para negar provimento ao recurso especial do INSS" (STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 946.172/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/06/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA ADEQUAR O CASO AO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

1. A jurisprudência desta Corte autoriza, excepcionalmente, o acolhimento de embargos de declaração para novo pronunciamento sobre o mérito da controvérsia, para fins de adequar o julgamento a acórdão submetido ao regime de repercussão geral.

2. **Em recente julgado, o Supremo Tribunal Federal alterou sua orientação, impondo a incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório (Informativo 861/STF).**

3. Embargos de declaração acolhidos para que seja restabelecido o acórdão proferido pelo Tribunal de segundo grau, cuja fundamentação coincide com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal" (STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1.624.166/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/06/2017).

Em face do exposto, não conheço do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora